

Para

Comissão Parlamentar de Trabalho e Segurança Social Assembleia da República

Exmos Senhores

Somos a remeter em anexo Apreciação Pública sobre: Projeto de Lei nº 1022/XIII - Promove a contratação coletiva no sector público empresarial (BE)

Somos com os melhores cumprimentos

A Direcção

(em caso de resposta deve enviar email para geral@stfpcentro.pt)

Sindicato Trabalhadores Em Funções Públicas e Sociais do Centro

APRECIÇÃO PÚBLICA

- (a) **PROJECTO DE LEI Nº 1022/XIII (BE) – Promove a contratação colectiva no sector público empresarial**

(Separata n.º 102, DAR, de 31 de Outubro de 2018)

- (b) **Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Centro**

Sede: Av. Fernão de Magalhães, 642-R/Ch, Apartado 455, 3001-906 Coimbra

Trabalhadores representados pela organização que se pronuncia: Trabalhadores que exercem a sua atividade profissional na Administração Pública, IPSS, Misericórdias e Mutualidades

- (c) **Forma de consulta adotada Reunião de Direção**

- (d) **Contributo:**

Subscrevemos, na íntegra a apreciação da CGTP-IN.

Coimbra, 29 de Novembro de 2018

- (e) _____



- (a) Identificação do projeto de diploma: projecto de lei n.º..., projecto de decreto-lei n.º..., projecto ou proposta de decreto regional n.º..., seguido da indicação da respectiva matéria, como for anunciada.
- (b) Comissão de trabalhadores ou comissão coordenadora, associação sindical.
- (c) Assembleia-geral de associados, reunião geral de delegados sindicais ou de comissões sindicais, reunião de direcção, de comissão de trabalhadores ou de comissão coordenadora, plenário de trabalhadores etc.
- (d) Se necessário, utilizar folhas anexas do formato A4, devidamente numeradas e rubricadas.
- (e) Assinatura de quem legalmente representa a organização de trabalhadores que se pronuncia ou de todos os seus membros.

(Formato A4 – 210 mm x 297 mm)

Projecto de Lei nº 1022/XIII(BE)
Promove a contratação colectiva no sector público empresarial

(Separata nº 102, DAR, de 31 de Outubro de 2018)

APRECIÇÃO

Este Projecto de Lei visa alterar o estatuto laboral dos trabalhadores do sector público empresarial, que foi profundamente alterado e restringido com a publicação do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de Outubro, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector público empresarial.

Através deste diploma, o Governo PSD/CDS-PP procurou consolidar na ordem jurídica as medidas restritivas dos direitos dos trabalhadores do sector público empresarial, sobretudo em matéria salarial, que vinha prevendo sucessivamente nas Leis de Orçamento do Estado, estabelecendo em definitivo, por um lado, a possibilidade de corte e congelamento dos salários destes trabalhadores a qualquer momento (artigo 14º, nº2 do citado Decreto-Lei) e, por outro, um regime imperativo, prevalecente sobre todos os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho vigentes, em matéria de subsídios de refeição, ajudas de custo, trabalho suplementar e trabalho nocturno (artigo 18º).

A CGTP-IN sempre considerou que estas normas relativas ao estatuto laboral dos trabalhadores do sector público empresarial eram inconstitucionais, designadamente por violação do artigo 56º da Constituição, por reduzirem de forma desproporcionada e excessiva o núcleo essencial do direito de contratação colectiva; do artigo 59º e, conseqüentemente, do artigo 13º da Constituição, por determinarem um tratamento desigual de trabalhadores apenas em função da empresa em que laboram; e finalmente dos princípios da tutela da confiança e da segurança jurídicas imanentes ao princípio do Estado de direito democrático, consignado no artigo 2º da Constituição.

Assim sendo, e sem esquecer que a Lei do Orçamento de Estado para 2017 já havia resolvido parcialmente esta questão ao repor a aplicabilidade dos instrumentos de regulamentação colectiva existentes, o presente Projecto de Lei, que procede à revogação destas normas altamente lesivas dos direitos e interesses dos trabalhadores do sector público empresarial, merece a total concordância da CGTP-IN.

28 de Novembro de 2018